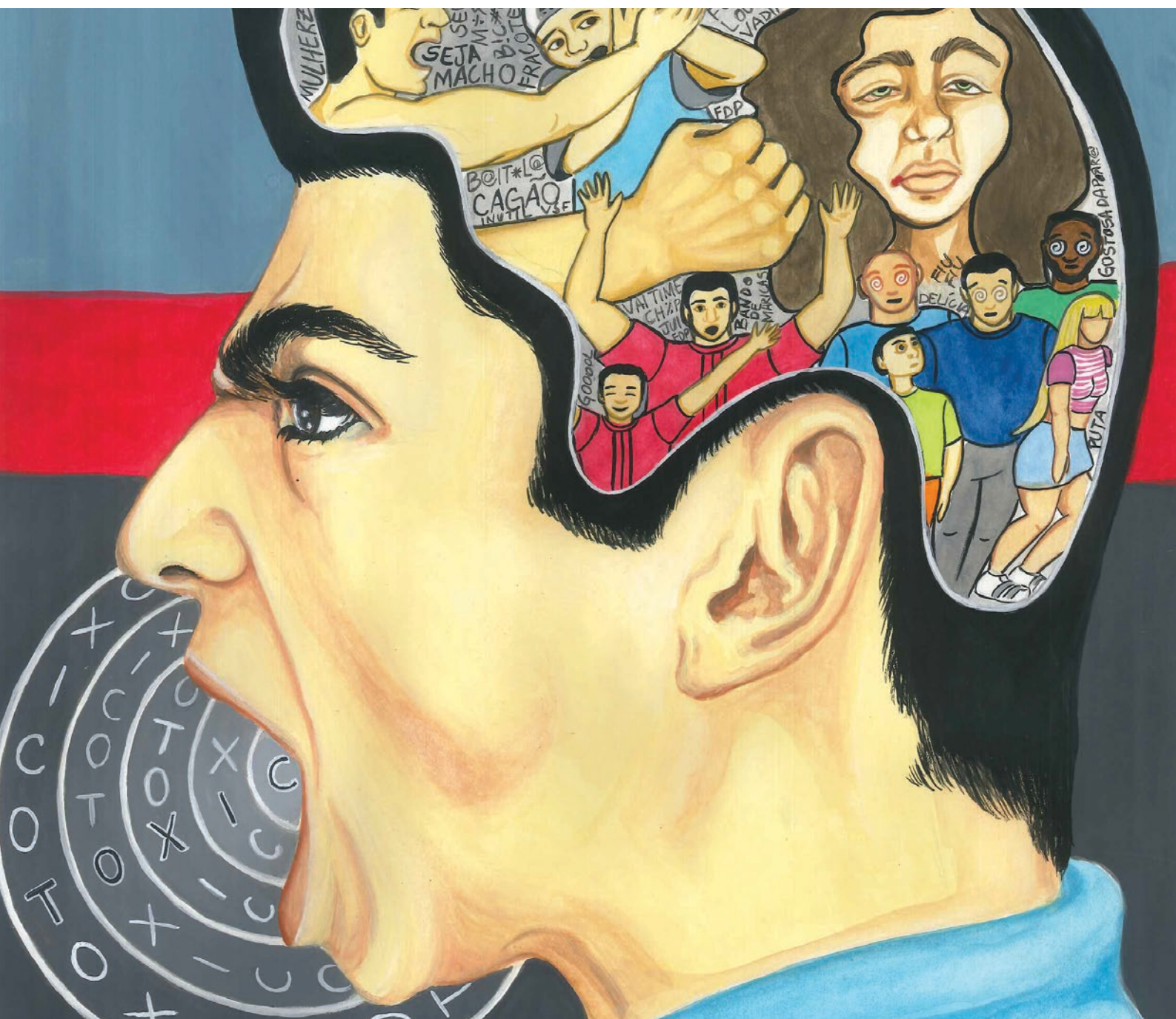


Valente



Nesta edição
Glossário
Feminista

Revista das trabalhadoras e trabalhadores do Judiciário Catarinense | ano 2 | número 4 | Dezembro 2019



Reportagem especial

A ausência de
mulheres na hierarquia
do judiciário



Carta das mulheres do judiciário

contra a violência,
homofobia e racismo



Projeto Memoh

Masculinidade e
afetividade

Diretoria Executiva:

Presidente - Walmor Grando
Vice-presidente - Valfrida de Oliveira
Secretário-Geral - Hélio Lentz Puerta Neto
1º Secretário - Guilherme Peres Fiuza Lima
Secretário de Finanças e Patrimônio - Cláudio Del Prá Netto
1ª Tesoureira - Liliâne Fátima Araújo
2ª Secretária de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical - Silda Debus Coelho
2º Secretário de Imprensa e Divulgação - Douglas Martins Silva
Secretária de Assuntos Jurídicos - Eliane Pavanello
2º Secretário de Assuntos Jurídicos - Alcides Alonço Leonel
Secretário de Política Sindical - Rodrigo Corrêa Simon
2ª Secretária de Política Sindical - Vânia Maria Maçaneiro
Secretária de Cultura, Promoção Social e Esportes - Daniele Búrigo Marques Heinzen
2º Secretário de Cultura, Promoção Social e Esportes - Rafael Rovaris
Secretário de Aposentados - Luiz Nascimento Carvalho
2ª Secretária de Aposentados - Lindalva Sasse

Conselho Fiscal

Doraci Aparecido
Gleydy Fioranelli
Soraia Joselita Depin
Vilmarize Terezinha Bughay Wilkosz

Representantes Regionais

Região 1 - EXTREMO SUL

Frank Rodrigues Gabriel - Comarca de Urussanga
Giana Angeloni Ronzani Magagnin - Comarca de Turvo
Maria Aparecida dos Santos Ferraz - Comarca de Sombrio

Região 2 - SUL

Alcides Clemir Cappelletto - Comarca de Jaguaruna

Região 3 - GRANDE FLORIANÓPOLIS

Agatha Fernanda Martins - Comarca de Santo Amaro da Imperatriz
Alexandre Manoel Catarina - Tribunal de Justiça
Jorge Augusto D'ornelas Ponsi - Tribunal de Justiça / UPC
Marceli Regina Possamai - Fórum da Capital
Mario Henrique Dingee - Comarca da Capital
Nadjanara Avila - Tribunal de Justiça/ UPC
Vera Lucia Correa Prá Gonçalves - Tribunal de Justiça

Região 4 - LITORAL NORTE

Ademir Justino de Freitas - Comarca de Camboriú
Marcelo Martins Brandão - Comarca de Balneário Piçarras

Região 5 - VALE DO ITAJAÍ

Alessandra Ludwig - Comarca de Ibirama
Consuelo Mora - Comarca de Rio do Sul
Lucas Scussel Degasperi - Comarca de Gaspar
Marcos Rafael Gomes - Comarca de Gaspar
Martha Heusser - Comarca de Indaial
Miguel Angelo Raymundi Filho - Comarca de Rio do Campo
Solangela Corezzolla - Comarca de Timbó

Região 6 - NORTE

Paulo Cesar Davet - Comarca de Canoinhas
Moacir Dias - Comarca de Joinville

Região 7 - EXTREMO OESTE

Dalmo Gerson Muniz - Comarca de Chapecó
Leandra Piccini - Comarca de Palmitos

Região 8 - OESTE

Adriana Regina Modesti - Comarca de Xanxerê
Ivete Tedesco Cambri - Comarca de Quilombo

Lademir Hofmann - Comarca de São Domingos

Região 9 - MEIO-OESTE

Bruno Andre Dotta - Comarca de Campos Novos
Jean Pierre Olejuki - Comarca de Catanduvas
Marcelo Pucci - Comarca de Seara
Moises Ciryno Freitas - Comarca de Anita Garibaldi - **em memória**

Região 10 - SERRA

Arnaldo Nazareno Borges - Comarca de São Joaquim
Christian Costa Batagelo - Comarca de Tangará
Claudio Oneres Heinzen - Comarca de Lages
Dany Mailon Canani Borsatto - Comarca de Campo Belo do Sul
Everton Dutra Liczkoski - Comarca de Lages
Sidnei Furlan - Comarca de Curitiba



Sumário

4

Editorial



Entrevista

Janaina Piantino

Pág. 5

Mulheres são minoria na hierarquia do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Por Alana Pastorini

Pág. 9

Artigos

13

Paternidades, violências e padrões de masculinidade | Ana Liési Thurler

15

Dos dias que nasci | Carolina Rodrigues Costa

17

Aqui e acolá | Cristiane de Padua Ferreira

19

Mulher, violência e arte | Fábio Soares

21

(Des)empoderamento: reflexão sobre a ação masculina na busca da interrupção do ciclo machista | André Francisco

23

Coletivos

Igualdade racial e de gênero são destaques do 3º Encontro de Mulheres do Judiciário | Alana

25

Masculinidade tóxica

Masculinidade, afetividade e a importância de grupos reflexivos para homens | Caio César dos Santos

27

Narrativas

Carta do 3º Encontro de Mulheres do Judiciário

28

Ensaio

Medusa e o (não) direito à dignidade: não-escuta, culpabilização e punição prévias das vítimas | Camila Durães Zerbinatti

30

Sugestões Valente

Ignez Busnello Durgante



Quem lê Valente

ENCANTO VALENTE

"Liberdade é pouco! O que eu desejo ainda não tem nome", Clarice Lispector - A Hora da Estrela.

A revista VALENTE me encantou muito. Desde a diagramação ao embelezamento, foca na pauta da vida das mulheres. Para todas as mulheres do SINJUSC, vai aquele abraço! Era uma manhã de quarta-feira, em uma das sessões do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis, que chegou em nossas mãos a VALENTE. Afirmo, junto com a VALENTE, que valente são os

coletivos que fortalecem a luta diária da vida das mulheres e de todas do serviço público; valente são todas e todos que dizem NÃO à violência, ao assédio moral e ao racismo. Esse número da Valente comunica de forma bonita as ações de luta que pulsa a vida das mulheres. As matérias são pertinentes e estão na ordem do dia. Parabênizo toda a equipe pelo belo trabalho, que além de comunicar, traz formação e conscientização de que a luta Delas acontece todos os dias. Parabéns, equipe do SINJUSC!

Maria de Jesus Lucena Conte
- Presidenta do Conselho

Municipal de Educação (CME) de Florianópolis.

EU SOU VALENTE

Utilizo este espaço com o intuito de externar meu respeito pelas mulheres e por sua luta diária nos mais variados setores da vida. Tenho esposa, filha, tive uma mãe e tenho amigas, e todas elas me são caras, o que aumenta a vontade de estar presente em tudo o que elas enfrentam em seu dia a dia, compartilhar e fortalecer esse enfrentamento.

Claudio Oneres Heinzen, oficial de justiça de Lages

Pense em uma pessoa que efetue cirurgias cardíacas. Imagine, então, alguém responsável por proferir decisões judiciais. Por fim, visualize a chefia de uma grande empresa.

Provavelmente, a imagem mental formada refere-se a padrões masculinos de poder: um médico, um magistrado, um diretor empresarial.

Agora, se estivéssemos falando de alguém responsável por efetuar faxinas em residências, haveria grandes chances de tal imagem corresponder a uma mulher.

Aliado a esse padrão masculino de universalidade, existe no Brasil o complexo de vira-lata, expressão do sociólogo Jessé Souza: se vem de fora, deve ser melhor. Por conta disso, deixamos muitas vezes de apreciar as sabedorias e práticas locais, ainda mais quando se tratam de saberes desenvolvidos por mulheres.

Buscando descolonizar nosso pensamento e abrir espaço para discursos plurais sobre feminilidade, masculinidade e sua relação com o poder, apresentamos a 4ª Edição da Revista Valente.

Nesse sentido, apresentamos reportagem sobre a distribuição de mulheres no Poder Judiciário, discutindo acesso, oportunidades e dificuldades encontradas. Ainda, abrimos espaço para servidoras relatarem suas experiências enquanto mulheres do Poder Judiciário.

Por outro viés, o protagonismo de mulheres na arte (ou a sua falta) também é explorado na presente edição, assim como, partindo do mito da Medusa, há ensaio sobre as concepções que atingem mulheres. Traz-se, igualmente, reportagem sobre a forma que a arte da tatuagem é utilizada como apoio a vítimas de câncer de mama. No quesito artístico, por fim, as dicas culturais com perspectiva feminina crítica continuam nesta edição.

Todavia, para a construção de um caminho menos desigual, é indispensável que a discussão alcance o comportamento masculino.

Para tanto, a Valente apresenta um artigo brilhante sobre paternidade e a quantidade de crianças registradas apenas em nome da mãe. Do mesmo modo, trazemos um texto sobre as armadilhas que o padrão masculino oferece aos próprios homens, além de reportagem sobre o grupo "Memoh", que busca servir como apoio para homens debaterem masculinidades e suas formas de agir no mundo.

Além do mais, para divulgar e facilitar o debate sobre os temas aqui apresentados, a segunda parte de nosso glossário feminista está no encarte desta edição.

Isso tudo para, quem sabe assim, por meio de iniciativas como as narradas pela Revista Valente, possamos participar de um mundo menos desigual e com maior protagonismo feminino, fugindo do discurso universal masculino.

Esta revista é dedicada à Claudete Domingas Mittmann.

Desejamos uma ótima leitura!



Valente é uma revista do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Estadual de Santa Catarina

Conselho Editorial Revista Valente:

Angela Konrath,
Giselle Marques,
Claudete Domingas Mittmann
(in memoriam),
Juliana de Alano Scheffer

Jornalistas responsáveis:

Alana Pastorini (MTB 0072648/SP),
Christian Vinícius (MTB 003182/SC)
e Rubens Lunge (MTB 5567/RS)

Projeto gráfico e diagramação:

Tárik Assis Pinto

Ilustrações:

Letícia Valério

Tiragem:

2 mil exemplares

Contato:

0800 701 1690
www.sinjusc.org.br
sinjusc@sinjusc.org.br

SINJUSC
Sindicato



@sinjusc.sc



(48) 9 9642-6874



SINJUSCTV



@Sinjusc



Ressignificar - Arte e autoestima após o câncer de mama

Para esta 4ª edição, a Revista Valente entrevistou a tatuadora Janaina Piantino, que voluntariamente tatua mulheres mastectomizadas. A gosto da cliente, ela realiza micropigmentação paramédica, que é o desenho da aréola ou a tatuagem nas mamas, um desenho escolhido para cobrir a cicatriz da cirurgia. O trabalho é totalmente gratuito e realizado em Florianópolis, em parceria com o Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon). Em resumo, para as interessadas, Janaina explica que não recomenda o procedimento para mulheres que ainda não colocaram a prótese ou não realizaram a reconstrução total da mama. Orienta que a tatuagem seja feita seis meses depois do tratamento e pelo menos quatro meses após a mastectomia. Por isso, a importância de apresentar a liberação do médico.



Foto: Janaina Piantino

> Tatuagem na mama é seguro?

Tatuagem na mama é seguro, sim, desde que seja realizada por profissional capacitado. Possui especialização em micropigmentação paramédica com ênfase em reconstrução de aréola, mamilos e cicatrizes. A tatuagem pode ser realizada após quatro meses da última cirurgia. Qualquer pessoa pode fazer, seguindo as orientações médicas.

> Há restrições de quem pode fazer?

Sempre peço uma autorização médica. Mas grávidas, lactantes ou pessoas com problemas de pele, com glaucoma, câncer, anemia e que estejam fazendo quimioterapia devem evitar a tatuagem.

> Homens também procuram o seu trabalho?

Já tive contato de homens interessados na reconstrução de aréola, mas não voltaram.

> Qual seu objetivo em fazer esse trabalho?

Meu objetivo é o fechamento desse ciclo, a reconstrução de uma mulher que teve uma parte do corpo retirada, o retorno da feminilidade.

> Como começou a tatuar?

Sou tatuadora há oito anos e técnica em enfermagem há dois anos. Já trabalhava com tatuagens artísticas e conseguir unir a enfermagem e a tatuagem é gratificante. Se quem

tatua sai feliz, imagina eu. É uma recompensa para todos.

> Quanto tempo dura cada sessão?

A sessão dura em média duas horas e depende se é bilateral (duas mamas), unilateral (uma mama), necrose (morte das células ou tecidos causada por uma doença ou lesão) ou apenas repigmentar a área afetada. Depende do grau de dor ou desconforto da cliente e de como esse tecido aceita a tinta.

> Quantas sessões são necessárias?

Geralmente realizo em uma sessão, dependendo do tipo de tecido. Se necessário, agendamos outra sessão de retoque.

> Entrevista

> Precisa de alguma autorização?

Sempre peço uma autorização ou faço contato com o médico responsável, também utilizo formulário próprio para assinatura.

> Quais as principais dúvidas de quem deseja fazer a tatuagem?

Se dói, se tem perigo de romper silicone. E respondendo: não rompe o silicone e a dor depende de cada paciente.

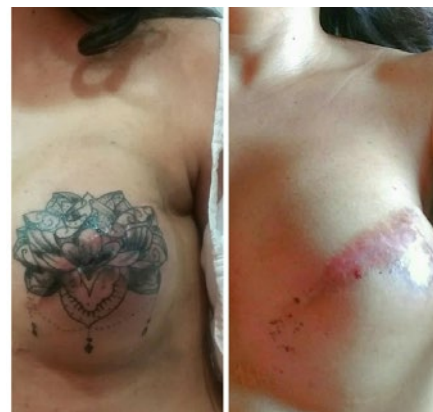
SUS cobre reconstrução do mamilo

> O que é a Cirurgia de Reconstrução Mamária?

É a cirurgia plástica que, através de várias técnicas cirúrgicas, busca restaurar a mama, considerando a forma, a aparência e o tamanho, após a mastectomia parcial ou total, em decorrência de tratamento de câncer.

> Quem tem direito?

Toda mulher que, em virtude do câncer, teve uma ou ambas as mamas amputadas ou mutiladas, tem direito a essa cirurgia, sendo necessária a recomendação do médico assistente da paciente. Tanto o SUS como os planos privados de assistência à saúde têm a obrigação de prestar o serviço de cirurgia plástica reconstrutiva de mama.



A Lei nº 13.770/2018 assegura às mulheres com câncer de mama o direito à cirurgia plástica reconstrutiva nos dois seios, ainda que a doença se manifeste em apenas um deles. A lei ainda determina que a reconstrução seja feita, quando houver condições técnicas, na mesma cirurgia de retirada do seio com tumor. Se não for possível, a paciente será encaminhada para acompanhamento.



"Meu objetivo é o fechamento desse ciclo, a reconstrução de uma mulher que teve uma parte do corpo retirada, o retorno da feminilidade"

Assim, havendo indicação médica, toda mulher tem o direito de realizar a cirurgia de reconstrução de mama durante a intervenção cirúrgica para tratamento da doença.

Na hipótese de não ser possível a reconstrução imediata, a paciente será encaminhada para acompanhamento e terá garantida a realização da cirurgia imediatamente após alcançar as condições clínicas requeridas.

A paciente também tem direito à cirurgia plástica de correção de eventual assimetria entre a mama afetada pelo câncer e a saudável, para manter a proporção estética entre ambas, assim como a reconstrução do complexo aréolo-mamilar.

> **Como solicitar o benefício?**

Pelo SUS, a paciente pode agendar a cirurgia de reconstrução mamária no local do tratamento. Se ela não estiver mais em tratamento, deverá se dirigir a uma Unidade Básica de Saúde e solicitar o seu encaminhamento para uma unidade

Ilustração: Leticia Valério

especializada em cirurgia de reconstrução mamária. A paciente deve se consultar com o médico cirurgião plástico credenciado ao seu plano de saúde.

Com informações da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA)



Contatos

www.janainapiantino.com.br

Instagram:
[janapiantinomicropigmentação](https://www.instagram.com/janapiantinomicropigmentação)

Telefone | WhatsApp:
(48) 984524661

Câncer de mama

em números

Fontes: ministério da saúde 2019;
INCA (2017);
oncoguia.org



1 em cada 10 mulheres receberá o diagnóstico de câncer de mama

16.069

é o número de mortes de mulheres por câncer de mama no país em 2016.



15,4 óbitos por 100mil mulheres



Embora menos comum, o câncer de mama também pode atingir os homens. Portanto, especialmente depois dos 50 anos, eles não podem desconsiderar sinais da coença como nódulo não doloroso abaixo da auréola, retração de tecidos, ulceração e presença de líquido nos mamilos.



É o tipo de câncer que mais acomete as mulheres no país e também o que mais mata.

Segundo o INCA (2017), o número de casos incidentes estimados de câncer de mama feminina no Brasil, para 2019, foi de 59.700.

Destaca-se que as taxas de mortalidade estão fortemente relacionadas ao acesso aos serviços de saúde e à qualidade da assistência que é ofertada às mulheres com câncer de mama.

Se você é mulher e tem mais de 20 anos, faça o autoexame das mamas mensalmente, cerca de 90% dos tumores são detectados pela paciente.

Beba menos



10-19 horas por semana pode diminuir seus riscos em até 30%.

Conheça os sinais



Auto exame



Estima-se que o álcool seja responsável por cerca de 5% a 11% de todos os casos de câncer de mama, com risco maior em consumidores de grande quantidade de bebidas alcoólicas.



Exercício físico

Saiba o que é normal no seu corpo e procure seu médico se perceber mudanças.



Mulheres são minoria na hierarquia do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Por Alana Pastorini*

As mulheres são maioria no judiciário catarinense, mas minoria no topo da hierarquia. No atual quadro, dos 13 cargos de diretoria que compõem o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), apenas três são ocupados por servidoras. Na última gestão (2016-2018), era apenas uma mulher e na gestão de 2014 a 2016, nenhuma mulher ocupou cargo gerencial. As informações das gestões anteriores foram repassadas pela Ouvidoria do TJ.

Os dados casam com o estudo "Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa revelou que mesmo com mais escolaridade que os homens, as mulheres representam apenas 39% dos cargos de chefia no Brasil. Além disso, a desigualdade entre mulheres pretas ou pardas e os homens pretos e pardos era maior do que entre as mulheres brancas e os homens brancos.



Na pós-graduação, elas também são maioria. Os últimos números tabulados em 2016, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), indicam 165.564 mulheres matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, enquanto os homens somam 138.462, uma diferença de aproximadamente 19%.

Apenas na modalidade de mestrado acadêmico, as mulheres somaram aproximadamente 12 mil matrículas a mais que os homens e cerca de 6 mil títulos a mais foram concedidos a mulheres. A modalidade de doutorado também traz realidade semelhante, com um total de 57.380 mulheres matriculadas e 11.190 tituladas, ao passo que os homens somaram 50.260 matrículas e 9.415 títulos em 2016.

Maioria no Judiciário é de homens brancos, diz CNJ

No caso dos magistrados catarinenses, somados juízes e desembargadores, dos 523 cargos, 177 são de mulheres. Se o cargo for de desembargador, dos 94, apenas 12 são de mulheres. Em relação à ocupação feminina na presidência do TJSC, o índice é pior ainda. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina existe desde 1891 e até hoje, passados 128 anos, apenas uma mulher ocu-

pou a cadeira de presidência e por apenas quatro meses. Ela foi Thereza Grisólia Tang: assumiu em dezembro de 1989 e saiu em março de 1990. Tang é o único rosto feminino entre os 48 da galeria de presidentes do TJSC, que estampa o hall de entrada do órgão, em Florianópolis.

Uma pesquisa divulgada em 2019 pelo CNJ, válida a baixa representação feminina no alto escalão do Judiciário. O Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário identificou que 35,9% dos magistrados e 56,2% dos servidores eram mulheres. Além disso, o censo sublinhou que quanto maior o nível da carreira na magistratura, menor a participação feminina, sendo ela representada por 44% dos juízes substitutos, 39% dos juízes titulares, 23% dos desembargadores e apenas 16% dos ministros de tribunais superiores.

“Os homens são considerados bons chefes, as mulheres precisam provar”



Ilustração: Letícia Valério

**“O país é
hegemonicamente
governado por
homens e as questões
relacionadas às
relações de gênero
não carregam
sensibilidade”**

Governabilidade masculina

No país, o poder ainda é exercido hegemonicamente por homens. As decisões do país, do Estado de Santa Catarina, da Assembleia Legislativa do Estado e do Tribunal de Justiça Catarinense são essencialmente masculinas, e nessa conjuntura, as questões relacionadas às relações de gênero não carregam sensibilidade.

Embora muitos gestores justifiquem que a escolha para cargos hierárquicos não leve em consideração o gênero, há o subentendimento que a escolha é feita, sim, infelizmente, pelo papel social que o homem representa x papel da mulher. Aos homens ficam o esbanjamento de força, inteligência, competência e resistência. Já às mulheres, sobram questionamentos como: tem filhos? É casada? Tem disponibilidade para viajar? Tem com quem deixar os filhos?

A segregação de gênero impele as mulheres, que mesmo com qualificação e função equivalentes aos homens, precisam demonstrar mais competência, conhecimento, habilidade e inteli-

gência. Diplomas, experiências e estudos ficam sub-representados na escolha. É como se os homens fossem considerados bons chefes e as mulheres precisassem provar.

Para a mestranda em Ciência Política na UFMG, Luciana Andrade, a ausência de mulheres da alta magistratura e também do corpo jurídico como um todo não é apenas um problema formal, mas também um problema para a democracia. Em coluna no site "Cientistas Feministas", Andrade escreve que a inclusão de mulheres nesses espaços faz com que diferentes perspectivas sejam contempladas, mesmo não sendo composições eletivas a partir da participação cidadã (YOUNG, 2006).

“Os processos políticos – caso também do acesso à justiça – ganham com a participação de mulheres, – e também outras minorias, como negros, indígenas, LGBTQs -, tornando-se mais inclusivos e, definitivamente, mais democráticos. É preciso que aprofundemos nossas análises sobre a participação política de mulheres também na arena do Poder Judiciário para entendermos melhor como as barreiras às mulheres se dão neste espaço de poder e política”, pontua.

Andrade enfatiza que já foram vencidas as barreiras que dizem respeito às entradas via concursos públicos. Resta analisar as formas de transformação (necessária e urgente) dos mecanismos de progressão da carreira para que diferentes perspectivas e grupos possam também ocupá-la.

Assédio e machismo destoam ascensão da mulher

Alguns relatos de servidoras do judiciário colhidos nas visitas às comarcas ou nos

eventos realizados pelo sindicato foram trazidos para esta matéria como forma de elucidar a recorrência do assédio e machismo que elas enfrentam, também, no trabalho. Entre eles, há uma trabalhadora que ouviu do seu superior que estudava demais e, por isso, não era “selecionada” para cargos mais altos. O mesmo chefe disse que seu empenho nos estudos poderia acabar com o casamento dela e que ela deveria se preocupar mais com sua aparência do que com os diplomas.

Também há o caso de uma servidora, recém-empossada, que foi questionada por seu superior se pretendia ter filhos. Alguns meses após, ela engravidou e sofreu assédio por isso; teve que pedir remoção do local. Em outras situações, ao retornarem da licença-maternidade, elas sofreram isolamento e até troca de função.

Outro relato diz que as mulheres do Tribunal, sobretudo da capital, precisam ser “desejáveis ou úteis”. Aqui, cabe uma análise sobre a imposição - ainda que velada - de comportamento e vestimenta às mulheres que trabalham no judiciário, sobretudo no prédio do TJSC, na capital.

Sobre assédio, aparência e papel da mulher, o SINJUSC também fez uma pesquisa com as participantes do 3º Encontro de Mulheres.

Das participantes, 63,6% responderam que existe uma imposição de vestimenta no trabalho e que não concordam com isso; 93,9% disseram receber elogios pela sua aparência e 39,4% afirmaram não concordar com os elogios. A mesma pesquisa revelou que 45,5% das entrevistadas sofreram assédio sexual no trabalho. A Revista Valente já tratou sobre o assédio sexual dentro do judiciário na última edição

> Sessão

de março deste ano. A matéria está disponível no site do SINJUSC: www.sinjusc.org.br.

Além disso, na mesma pesquisa, 63,6% responderam que suas comarcas não buscaram incluir políticas internas de equidade de gênero e 54,5% disseram não existir estímulo à liderança feminina.

Dois séculos para a igualdade de gênero acontecer

O relatório Global da Defasagem de Gênero 2018, do Fórum Econômico Mundial (WEF), sugere que as mulheres precisarão esperar 202 anos para ganhar o mesmo que os homens e ter oportunidades iguais de emprego. O relatório anual examinou a situação em 149 países em quatro setores: educação, saúde, política e o mundo do trabalho. O Brasil caiu cinco posições no ranking de 2018 na comparação com 2017, e ficou na 95ª posição.

Com uma população feminina mais educada e saudável que a masculina, o Brasil poderia rapidamente reequilibrar a relação

de desigualdade entre homens e mulheres se adotasse "políticas concretas". Em síntese, o caminho é reforçar a criação de "uma rede de apoio social que liberte as mulheres para o trabalho".

A constatação é da chefe para iniciativas de gênero e emprego do Fórum WEF, Saadia Zahidi.

Em entrevista à BBC Brasil, Zahidi pontuou que a percepção geral é de que as mulheres devem cuidar da família. Nas camadas sociais mais elevadas, há recursos para bancar a ajuda de babás para crianças e enfermeiras para idosos.

No caso das camadas intermediárias e baixas da sociedade, essas responsabilidades recaem sobre as mulheres, o que as impede de trabalhar.

"Também é necessário mudar as percepções. Diversidade precisa ser vista como um motor para o crescimento, propiciando investimento maior em infraestruturas de cuidado. Mulheres de alta renda conseguem pagar para ter ajuda para as crianças e os idosos, mas mulheres de

classe média e baixa não conseguem. É necessário oferecer a elas uma rede de apoio social que as liberte para o trabalho", diz.



*Feminista, jornalista, trabalhadora do SINJUSC e pós-graduanda em Educação Profissional.



VOCÊ É A ENERGIA CAPAZ DE FAZER O SINJUSC AVANÇAR

Sua filiação é importante para manter o Sindicato forte e atuante na defesa dos seus interesses

Acesso fácil ao
link de filiação rápida
materiais.sinjusc.org.br/filiacao-sinjusc



SINJUSC
o seu **sindicato**

Paternidades, violências e padrões de masculinidade

Por Ana Liési Thurler*

Ao longo do tempo, a cultura patriarcal construiu em torno do genitor uma aura romantizada associada a acolhimento, cuidado, generosidade, presença. E é assim que pais ausentes, envolvendo parte significativa de crianças nascidas, são também mantidos no imaginário social, aumentando expectativas e o sofrimento de filhos e filhas.

Em 2017, conforme o IBGE, tivemos 2,8 milhões de nascimentos no país, entre os quais podemos estimar que algo entre 10 a 15% ficaram sem o reconhecimento paterno, o que é também uma forma de violência do patriarcalismo. Entre 300 e 400 mil crianças nascidas no Brasil, em

2017, são *filhas da mãe*, ou seja, de mulheres predominantemente de baixa escolaridade e renda. E parte nada desprezível dessas crianças nunca conseguirá obter esse reconhecimento. O patriarcado, por um lado, apresenta o pai como imprescindível. Ele representaria a lei, a norma, a proteção, o mundo da cultura. E para a criança e o adolescente, principalmente, expectativa de afeto e apoio. Por outro lado, a sociedade patriarcal tem se mantido quase indiferente diante da recusa do homem-pai ao acolhimento e ao reconhecimento do filho.

A taxa de brasileiros não assumidos pelo pai, otimisticamente, pode ser estimada em

10%. Hoje, nosso país tem uma população de 210 milhões de habitantes, o que significa 21 milhões de homens que escolheram não assumir a paternidade, o reconhecimento da filiação, equivalendo a toda a população do Chile (19,1 milhões) ou, ainda, a população da Bolívia (11,4 milhões) e do Paraguai (7,1 milhões) juntas (18,5 milhões de pessoas).

A realidade tem nos mostrado que a questão da imprescindibilidade do pai precisa ser relativizada, pois mães solo têm conseguido criar e educar seus filhos, mesmo enfrentando graves dificuldades em uma sociedade omissa com relação aos direitos das crianças. O Estado patriarcal brasileiro não oferece às crianças a condição efetiva de *prioridade absoluta*, estabelecida na Constituição Federal. Creches, espaços públicos de cuidado e lazer são inexistentes exatamente nos locais mais necessitados e precarizados.

O que nos diz o esporte mais popular do país?

Exemplo do frágil vínculo do homem brasileiro com seus filhos foi exposto em um dos esportes mais populares. Nossa seleção na última Copa do Mundo, na Rússia, retratou essa questão. Entre os 11 jogadores titulares, seis não tinham o reconhecimento paterno: Miranda, Thiago Silva, Marcelo, Casemiro, Paulinho e Gabriel Jesus. Este era quem, a cada gol, telefonava para a mãe, Vera Lúcia, comemorando. Seu **Alô, mãe** ficou

Ilustração: Letícia Valério



conhecido pelo mundo. O pai deixou Vera quando ela anunciou a gravidez. Mas essa mãe se dedicou muito ao filho, que admite: “Quando ia aos jogos e via meus amigos, sentia inveja por não ter um pai presente. Mas, do jeito que minha mãe me criou, eu logo esquecia que tinha pai (ausente).”

Cássio, o terceiro goleiro da seleção, não conheceu o pai. Quando sua mãe, Maria de Lurdes, contou sobre a gravidez, ele se mudou para o Mato Grosso. Programas de televisão até quiseram tentar promover um encontro entre pai e filho, mas o goleiro agradeceu: “Não quero mexer com isso. Passou muito tempo já. Minha infância foi difícil. Quando precisei do meu pai, ele não estava presente. Não sei quais as circunstâncias ou por que ele não quis me **registrar** [na verdade, me **reconhecer**]. As pessoas erram. Mas é passado. Para mim, isso é assunto encerrado” (A seleção dos filhos sem pai, no link https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/21/deportes/1529536206_588160.html).

A realidade da violência doméstica e da violência institucional

Pesquisas apontam que nossos lares não são um ninho de acolhimento e proteção. Em nossas famílias, constatamos violências verbais, psicológicas, morais, físicas, até o extermínio de mulheres representado pelos feminicídios, grande parte deles realizados diante da(s) criança(s). A imprescindibilidade do pai pode-se opor a realidade de pais ausentes, negligentes, violentos, abusadores, até feminicidas.

Entre 2011 e 2017, 51% dos casos de violência sexual ocorridos foram contra crianças entre um e cinco anos;

69,2% ocorridos na residência, 71,2% contra meninas. (Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – MS/Sinan, Boletim Epidemiológico, junho 2018, link: <http://bit.ly/2HZMA6g>).

Com a desigualdade de direitos e obrigações nas relações sociais de gênero, presente transversalmente também nas relações parentais, e com a preservação do Estado patriarcal no Brasil, a paternidade é optativa. Para nascimentos ocorridos fora do casamento, o homem tem, **de fato**, a possibilidade de dar as costas para a criança e para a mãe. O mesmo não se pode dizer sobre a maternidade, que é compulsória. A interrupção da gravidez no Brasil ainda é criminalizada. Essa desigualdade de tratamento pelo Estado é uma violência institucional contra as mulheres, sua autonomia e dignidade, agravada pelo fato de que mães solo não contam com apoio efetivo da sociedade ou do Estado.

Repete-se, também aqui, as desigualdades entre mulheres e homens. Na vida real um homem pode postergar indefinidamente o reconhecimento de uma criança como filha, apesar da existência de uma lei da Paternidade desde 1992. Um Judiciário sexista contribui para a eficácia de medidas protetórias adotadas por homens que desejam permanecer longe da paternidade. O pai, indicado pela mãe, é mantido como suposto pai. Uma vez que as palavras não são neutras, significa que a instituição se mantém duvidando da palavra da mãe (a solução estaria na inversão do ônus da produção da prova da paternidade, com exame em DNA). Ora, aquele homem indigitado é o pai da criança **indicado** pela mãe. Não é somente um **suposto** pai — quase um não-pai —, com um grau de incerteza incomensuravelmente maior.

Paternidades envolvem padrões de masculinidade

A sociedade patriarcal — na escola, na família, em todos os âmbitos da vida coletiva — propõe um padrão de masculinidade frequentemente associado à violência, hierarquia, poder, autoridade, autoritarismo. As masculinidades hegemônicas — ainda masculinidades tóxicas — reproduzem a ordem social e sexual com suas estratificações. São histórica e culturalmente construídas. A masculinidade influenciará no modo de exercício da paternidade — com acolhimento, amorosidade ou com recusa, simplesmente.

Só por meio de uma educação emancipatória, questionadora, não sexista e não racista nas escolas e universidades, com o menino e o jovem-homem como protagonistas, podemos desconstruir um padrão violento de masculinidade tóxica e construir um novo padrão, com possibilidade de virmos a ter mais pais amorosos e cuidadores. Homens solidários e fraternos, valorizando a paz e o entendimento entre pessoas e grupos.



*Doutora em Sociologia pela UnB, autora de *Em Nome da Mãe. O não reconhecimento paterno no Brasil*, Florianópolis, Edit Mulheres.

Dos dias em que nasci

Por Carolina Rodrigues Costa*

Eu comecei a ser forjada mulher no dia em que nasci, quando descobriram meu sexo biológico. Passei a refletir sobre o que é ser mulher a partir do momento em que ingressei na universidade para estudar Serviço Social. Era 2004 e prestes a completar 20 anos me senti nascendo novamente.

Quando iniciei o curso, sabia que se tratava de uma carreira eminentemente feminina e tinha um pouco de vergonha

por isso. Profissão de mulher - de mulher boazinha que quer ajudar os outros. Concordava e ria quando afirmavam sobre o caos provocado por tantas mulheres juntas. Assentia com a cabeça quando me aconselhavam a ir em festas e discussões organizadas por outros cursos, sair do Serviço Social, conversar com outras pessoas – em suma, conversar com homens.

O cotidiano com as colegas de curso foi abrindo um mundo

novo. As discussões em sala de aula, a participação em projetos de pesquisa, as viagens de estudo, a organização do centro acadêmico, as festas. Não estou dizendo que a vida com menos homens era melhor, mas certamente não era aquele mar de burrice, tédio, falta de imaginação e tristeza que haviam me ensinado. Era vida boa, alegre. Aprendi a respeitar e admirar as colegas e as professoras e consegui perceber que o lugar que nos era reservado estava muito aquém das nossas potencialidades e do espaço que, de fato, ocupamos na sociedade. O mais importante de tudo: descobri que precisamos fugir desse lugar-comum que é classificar de maneira negativa tudo aquilo que é considerado atividade feminina – como, por exemplo, ser assistente social.

Quando ingressei no Judiciário em 2013, esta consciência da minha condição enquanto mulher na sociedade se tornou mais latente, quase cortante. Nasci de novo. Como assistente social, conheci uma infinidade de mães, avós, irmãs e tias que, sozinhas, enfrentavam desafios para dar conta da família e entravam na minha sala para ter acesso a algum direito ou mesmo em contextos de destituição do poder familiar de seus filhos - fora todos os casos de violência física e sexual. Atender essas mulheres, conhecer suas realidades, foi um choque que me mantém estarecida até hoje. Este estarecimento também surge da conclusão de que o Estado, que deveria protegê-las numa perspectiva de cidadania, na maioria das vezes só representa controle sobre



Ilustração: Letícia Valério

os comportamentos e produz violência institucional sobre elas.

Nenhuma teoria sobre a condição da mulher na sociedade pôde me convencer mais sobre a legitimidade da luta feminista do que as histórias que tenho acompanhado nesses anos. Essas mulheres me ajudaram a compreender que necessitamos mais do que discursos de reconhecimento e datas festivas para superar este lugar de subalternidade que teimam em nos deixar - e que às vezes a gente se acostuma a aceitar. Precisamos falar por nós mesmas e construir propostas de sociedade que representem as realidades e as dinâmicas de vida nas quais estamos inseridas.

Neste contexto, o primeiro desafio a ser enfrentado está na superação da ideia de que não temos capacidade e ferramentas para estar na cena pública e ocupar lugares de destaque e comando. Trata-se de um movimento duplo: construir e fomentar trajetórias políticas de mulheres e, ao mesmo tempo, colocar em discussão a lógica machista que insiste que somos menos competentes do que os homens - aquilo que, mais ou menos, eu validava antes de entrar na universidade.

Eu não preciso ir longe para justificar minhas preocupações com a falta de representação feminina nos espaços de comando. Fiquemos no quintal de casa. No TJSC, nós mulheres representamos aproximadamente 65% do total de servidores - incluindo-se neste cálculo os comissionados e também os magistrados. Não obstante, entre juízes de 1º e 2º grau, esse

número cai para 37% e entre desembargadores para 15%. Isso sem falar que o TJSC nunca foi presidido por uma mulher¹. Também a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado nunca foram dirigidos por mulheres. Atualmente, dos 40 deputados estaduais de Santa Catarina, somente cinco são mulheres e dos 14 secretários de Estado, apenas uma é mulher². E eu me pergunto: dentro desse contexto, qual a chance das políticas públicas representarem nossos interesses?

Sendo assim, precisamos valorizar e promover todos os espaços que nos possibilitem desenvolver nossas capacidades políticas. Para mim, um importante ambiente de formação tem sido a Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário (ACASPJ), onde há três anos exerço a função de tesoureira - e onde, uma vez mais, nasci. Trata-se de uma experiência de aprendizagem, mas feita, também, de dificuldades e desafios. Para além das vitórias coletivas, dentro da ACASPJ eu aprendi a me comunicar melhor, a negociar com outros atores políticos, a compreender melhor a dinâmica de representação, entre outras coisas. As dificuldades estiveram relacionadas em motivar o envolvimento das associadas na construção de um projeto que fosse, de fato, coletivo. Para mim, fazer política é algo essencial para nossa sobrevivência, então, às vezes, é muito difícil não cair na tentação de julgar e menosprezar quem escolhe não se envolver. O desafio com o qual me deparo nessas circunstâncias é olhar para as colegas com empatia e, a partir das suas realida-

des, convidá-las a participar. O desafio é julgar menos e fugir à tentação de reiterar os discursos que dizem que nós, mulheres, somos mesmo desinteressadas.

As eleições da ACASPJ estão em andamento. Eu tenho conversado muito com as colegas sobre a importância de fortalecermos a Associação e nos reconhecermos enquanto sujeitos políticos. Para aquelas que dizem que não têm perfil, minha resposta é que, justamente por isso, a ACASPJ é o lugar delas. Repito aquilo que aprendi quando entrei na universidade e que tenho experimentado nesta caminhada: para nós mulheres a vida é feita de muitos nascimentos.



* Carolina Rodrigues Costa: Assistente Social da Comarca de Barra Velha.

1 Informações coletadas no processo administrativo 5236/2019, que foi iniciado no contexto do "Diagnóstico de Participação Feminina do Poder Judiciário".

2 Os dados foram coletados dos sites oficiais das instituições.

Aqui e acolá

Por Cristiane de Padua Ferreira*

Sim. Eu não sou daqui. Esse costuma ser o início de muitas conversas minhas logo após a pergunta: tu não és daqui, né? Logo em seguida eu conto um pouco da minha história para explicar o porquê vim parar aqui. Isso me faz refletir sobre o que é ser daqui e porque fica sempre tão óbvio que eu não pertenço a esse aqui.

Moro aqui há mais de dez anos, vim da capital de São Paulo logo após me formar na minha primeira faculdade e casar. Repeti o que os meus pais também fizeram após o casamento e fui procurar melhores condições de vida em outro lugar. Muitos já fizeram como eu, aliás, poucos são aqueles que podem dizer que todos os seus ancestrais são daqui. Eu também não pertencio lá. Não aceitava ver uma cidade com tantos recursos engolir seus habitantes pela violência, pelo trânsito, pela falta de oportunidades a todos e pela indiferença.

Encontrei em Blumenau um lugar para florescer, afinal, o nome dessa cidade significa "campina florida". Uma pesquisa rápida na enciclopédia livre da internet, a Wikipedia, vai nos contar tudo sobre o início da cidade fundada em 1850, mas destina apenas duas linhas para informar a quem pertencia esse aqui e o que ocorreu com eles. Isso porque a história de Blumenau, para muitos, inclusive para a nossa enciclopédia aberta, começa com a vinda dos imigrantes alemães, pois "Até o século XVI, a região atualmente ocupada pelo município era habitada pelos índios carijós e xokleng. Estes foram escravizados em massa pelos portugueses"¹.

Vivo aqui muito melhor do que eu jamais seria capaz de viver lá. Porém, foi aqui que questões adormecidas dentro de mim começaram a aflorar. Em especial a situação dos negros nessa região. Em 2012, segundo a jornalista Eliane Tavares, os negros somavam mais de 800 mil almas em Santa Catarina, perfazendo 13% da população². Porém, aqui, normalmente eles ocupam lugares bem determinados. Um passeio em qualquer shopping já vai nos mostrar a quem cabe o papel de limpar os ambientes que frequentamos ou cozinhar os nossos alimentos e a quem cabe o papel de tentar nos vender uma joia ou qualquer outro objeto de valor.

As propagandas voltadas ao consumo mostram a família típica desse Vale com traços

européus. A parte interessante desse marketing é que a Europa possui mais de 40 países³, mas claramente, o Vale Europeu anunciado não contempla países como Portugal, Ucrânia, Escócia, Croácia e tantos outros.

Quando se diz Vale Europeu, queremos incluir nesse Vale somente as características que o alemão, o espanhol e o italiano possuem de trabalharem incansavelmente para merecerem tudo o que possuem. Veja, não quero dizer que eles não trabalhem, mas eu gostaria que vocês fizessem um pequeno passeio em São Paulo ou qualquer outra cidade grande e fizessem algo além de visitar os pontos turísticos. Gostaria que conversassem com os nordestinos e negros que levam mais de duas horas para chegar ao trabalho e depois



Ilustração: Letícia Valério

o mesmo tempo para retornar. Perguntem em especial se eles herdaram algum carro, terreno, casa, empresa ou herança de algum familiar. Perguntem com quantos anos começaram a trabalhar. Perguntem se pagam aluguel e quantos cômodos têm suas casas. Quantos carros possuem. Quantas viagens ao exterior já fizeram. Quantas faculdades já fizeram. Enfim, procurem primeiro entender o que acontece com pessoas de lá e o quanto trabalham. Depois podemos conversar sobre quem trabalha mais, se são os descendentes de europeus aqui do Vale ou os imigrantes mais antigos das nossas terras.

Em relação a bens materiais, verão que muitos são hipossuficientes, mas a necessidade molda a nossa personalidade. A resiliência e a empatia aparecem fazendo com que aprendamos a enxergar os seguranças na entrada do fórum, as faxineiras, zeladores e a admirar a garra e a alegria daqueles que nos servem sem se importar de onde vieram ou para onde irão. Para mim, as coordenadas do nosso nascimento não deveriam ser usadas nem pela astrologia, que tenta nos definir através de mapas astrais genéricos.

Outra característica muito admirada e anunciada pela campina florida é a beleza extraordinária de suas mulheres. Algumas delas passam horas em salões de beleza fazendo luzes, escova, pintando unhas, fazendo procedimentos estéticos e compras, indo para a academia e fazendo dieta uma vida inteira para

alcançar o tão almejado traço alemão e serem bem aceitas pela sociedade. O curioso é que sem todo esse esforço, poucas preenchem os critérios implícitos para ser a rainha da Oktoberfest. Isso porque a natureza tem um trabalho imenso em fazer cada um de nós completamente diferente do outro e às vezes passamos a vida inteira procurando ser iguais a um protótipo de perfeição criado por alguém.

Um passeio pelos saguões dessa festa mostra bem quem tem motivos para festejar na "campina florida". Poucos são

“Afimal, qual negro não sonha em virar alemão, né? Uma vez que o alemão é normalmente bem recebido em todos os lugares do mundo, mesmo quando vai como emigrante”

os negros encontrados por lá. É claro que não é culpa dos organizadores, até porque em 36 anos de festa, na propaganda de 2011 incluíram um negro dizendo que na Oktoberfest todo mundo vira alemão⁴. Afimal, qual negro não sonha em virar alemão, né? Uma vez que o alemão é normalmente bem recebido em todos os luga-

res do mundo, mesmo quando vai como emigrante. Nos demais anos veremos o típico alemão e a típica alemã nas propagandas.

É claro que estou dizendo coisas da minha cabeça. Pois, afimal, não existe preconceito e nem falta de respeito aos povos originários do Brasil. Todavia, pare e observe o interesse que alguém manifesta se seu sobrenome é estrangeiro, se o antepassado de sua família veio em navios para colonizar uma terra fértil e pouco aproveitada pelos povos preguiçosos que aqui viviam. Tenho certeza que não haverá o mesmo interesse sobre meu sobrenome comum e o meu antepassado negro. Aliás, apesar de haver diversos grupos que pesquisam sobre a ancestralidade dos negros e dos indígenas no Brasil, o tema ainda é abordado pelas escolas e pela mídia de maneira superficial e sempre contado pela ótica dos dominadores.

Por fim, chego a simples conclusão: os únicos que realmente são daqui, não são mais daqui.



* Técnica Judiciária Auxiliar em Blumenau/SC, graduada em licenciatura em Física pela USP e graduanda em Direito pela FURB.

1 Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Blumenau>. Acesso em: 10 ago. 2019

2 TAVARES, Elaine. Santa Catarina, onde o negro ainda é invisível. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/10152/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

3 Disponível em: <https://www.eurodiclas.com.br/paises-e-capitais-da-europa/>. Acesso em: 10 ago. 2019

4 Disponível em: <http://oktoberfestblumenau.com.br/a-festa/#cartazes-da-festa-34>. Acesso em: 10 ago. 2019

Mulheres, violência e arte

Por Fabio Soares *

Das questões que parecem movimentar a vida nacional recente, chama a atenção uma questão que parece sintetizar todas as discrepâncias e desigualdades que tensionaram a nossa sociedade desde seus momentos iniciais: a violência. Mais exatamente, vemos a forma como a violência se expressa sempre em termos de assimetria de poder, baseada em gênero, cor de pele e classe social.

Nesse sentido, é importante ressaltar a polarização que a questão da violência provoca quando aparece nos meios de

comunicação, sendo retratada como sintoma de caos social ou falta moral, escondendo assim os fundamentos sociais que perpetuam as formas de violência. Pode-se pensar no exemplo de atiradores em massa americanos, que sempre têm características como religião ou etnia ressaltados quando são estrangeiros ou não cristãos, enquanto na maioria dos casos, de homens brancos cristãos, atribui-se a violência a meros episódios de loucura, evitando-se assim falar em terrorismo branco ou terrorismo cristão, ainda que os próprios assassinos insistam, às vezes,

em publicar manifestos online declarando suas intenções.

Entretanto, ainda que os casos brutalmente chocantes ganhem maior cobertura, eles não são as formas mais habituais de violência. Servem, assim, para esconder dos jornais os casos mais comuns e disseminados, com nenhum mais proeminente que os de violência doméstica, mais especificamente a violência contra a mulher. Isso evidencia o papel destacado que os temas relacionados vem ganhando na vida política, expressos na onda conservadora de ataques aos direitos reprodutivos das mulheres, aos direitos trabalhistas, previdenciários e de participação na vida social do país. A discussão sobre o feminismo, portanto, ainda que tenha raízes já antigas, desde os movimentos pelo direito ao voto no século XIX, está longe de se esgotar ou acabar.

Uma das formas que se pode tentar refletir sobre essas questões é pela representação que se faz na literatura, no cinema e nas artes em geral acerca das mulheres. Em romances como, por exemplo, *Cidade de Deus*, temos a ação voltada para personagens centrais masculinos, ainda que uma série de personagens femininas apareça na narrativa. Nesse nível de análise podemos ver o que fazem essas mulheres quando representadas, se desempenham meros papéis sexuais, ou se lhes vêm tematizada uma questão feminina. Podemos ver nesse sentido o surgimento de temas femininos, que são brevemente mencionados, como a questão do aborto de uma amiga de Bere-

Ilustração: Letícia Valério



nice, que é mencionado quando um dos personagens centrais se prepara para um tiroteio.

Mas esse nível de análise é apenas o mais superficial, detendo-se naquilo que é retratado. Análises mais interessantes surgem quando detectamos mudanças na forma narrativa que têm relação com a questão. Um dos temas muito debatidos, nesse sentido, é a questão do protagonismo feminino, isto é, quantos livros ou filmes possuem uma mulher protagonista como papel central. Geena Davis, a atriz do filme "Thelma e Louise", de 1991, passou a se dedicar a pesquisar esse tema em um instituto criado para isso, constatando que, mesmo em filmes com mulheres protagonistas, o número de personagens femininas é muito inferior ao número de personagens masculinas e que as personagens femininas ainda por cima têm menos tempo de fala na tela. Quando se trata então de representação das personagens no mundo do trabalho, a estatística é pior ainda, em que os personagens masculinos aparecem quatro vezes mais em situações de trabalho do que a mulher, criando assim grande disparidade simbólica na relação das mulheres e homens com o mundo do trabalho.

Voltando ao contexto brasileiro, temos visto no cenário do ano 2019 que a onda conservadora que atingiu mais fortemente o sul do país se expressou também num aumento terrível de casos de feminicídio nos Estados do sul. Ou seja, assim como a literatura e o cinema não conseguem escapar das desigualdades de gênero que permeiam nossa vida social, vemos também que a política consegue interagir fortemente com esse campo simbólico, seja pela criação de leis mais rigorosas, como tivemos no passado com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, ou, pela negação

desse passado, como autorização e estímulo para a agressão de mulheres, que ocorrem tanto no campo simbólico quanto material, seja na ocorrência de crimes ou mudanças no campo legal pela retirada de direitos e aumento de restrições ao corpo feminino, rebaixando a mulher à condição de objeto a ser regulado pelo Estado.

"Seja pela cor da pele ou pela classe social, o Estado deixa determinados setores da sociedade ainda mais desprotegidos"

Tendo a violência contra a mulher como categoria central na maior parte dos casos, não há como deixar de notar a assimetria da ação protetiva do Estado quando se entra na questão étnica e de classe. Seja pela cor da pele ou pela classe social, o Estado deixa determinados setores da sociedade ainda mais desprotegidos. Além da falta de segurança policial, as populações negras são mais duramente afetadas, por exemplo, em crises econômicas, sofrendo maiores demissões e demorando mais tempo para conseguir um novo emprego. Para a mulher negra, torna-se um duplo fardo, sofrendo resistência de empregadores tanto por ser mulher, quanto pela cor de sua pele.

E aí, coroando o movimento agressivo, temos a retirada de direitos e benefícios do Estado voltados justamente às parcelas mais pobres da população. Os números do desemprego, em torno de 12%, acabam por esconder o real drama da estatística do trabalho, em que

mais 28% são desalentados, isto é, pessoas que desistiram de procurar emprego porque não encontraram, jogando o número total de pessoas para 40% da população sem trabalho, afetando especialmente mulheres e mulheres negras.

Mas se a literatura serve como reflexo dessa desigualdade, serve também como inspiração para a mudança. Mais que nunca vem à mente o exemplo de mulheres como Antígona, do clássico grego de Sófocles, que empenhou sua vida lutando contra um tirano, naquele caso, Creonte. E no momento em que o ciclo do autoritarismo volta a se assanhar, com requintes de crueldade e apreço pela tortura, é cada vez mais necessário lutar.



* Fabio Soares é formado em Letras e doutor em Teoria Literária, atuando na área de tradução, da prática docente e da pesquisa de temas relacionados à violência na literatura.

(Des)empoderamento: reflexão sobre a ação masculina na busca da interrupção do ciclo machista.

Por André Francisco*

“Deixe-me dizer-lhes, do outro lado do muro, que o quadro é muito pior do que a minha experiência como lésbica me permitiu imaginar. Desde que vivo como-se-eu-fosse-homem no mundo dos homens (consciente de encarnar uma ficção política) consegui verificar que a classe dominante (masculina e heterossexual) não abandonará seus privilégios por que enviamos muitos tweets ou demos alguns gritos (...) Esta será a Guerra dos Mil Anos - a mais longa, sabendo-se que afeta políticas e processos reprodutivos através dos quais um corpo humano constitui-se como sujeito soberano. De fato, será a mais importante das guerras, porque o que está em jogo não é nem o território nem a cidade, mas o corpo, o prazer e a vida.”¹

Participar das afloradas discussões de gênero parece um lugar estranho para um homem branco, cisgênero, que sempre se afirmou heterossexual, de classe média, educado em colégios particulares e vinculados à educação religiosa, e que deveria trazer dentro de si, não só toda a formatação de uma educação machista, moralista, heteronormativa, binária e patriarcal, como também sua conformidade e contentamento com essa estrutura, uma vez que, a princípio, ela o beneficia com uma série de privilégios e possibilidades que o

projetam como parte da masculinidade hegemônica dominante.

Porém, o objetivo desta reflexão é justamente sublinhar a necessidade de trazer para o universo dos homens os debates que sempre pareceram ser pauta feminina e que nos últimos anos ganharam força também com os temas que sustentam as lutas LGBTTIQA+. Apesar de não possuir o que se convencionou chamar de lugar de fala dentro desse universo de discussão, acredito que o lugar de ação para as pessoas como eu se encontre justamente no lugar de escuta e assimilação dos questionamentos que o pensamento feminista construiu para questionar a hegemonia machista, a qual, quer eu queira, quer não, me ofereceu e me oferece inúmeros espaços privilegiados de atuação sexual, social e política.

Desta maneira, meu desejo não é encontrar nenhum protagonismo, nem reivindicar nenhuma posição de destaque para os homens dentro deste debate. Muito pelo contrário. O intuito é provocar os masculinos com o fato de que a hegemonia também só nos coloca em situações que, apesar de parecerem privilegiadas, são na verdade uma grande armadilha.

Nunca encontrei pensamento tão poderoso e fundamental, tão vinculado à realidade e as nossas ações cotidianas, tão

Ilustração: Letícia Valério



capaz de desmontar todo sistema ocidental em suas estruturas, sejam elas religiosas, científicas ou morais, quanto as teorias de gênero. É impressionante como o filtro da luta contra uma hegemonia machista e heteronormativa é capaz de perpassar toda a cultura e história do ocidente, além de se mostrar eficiente e objetiva ferramenta para refletir um novo código ético e político para os anos vindouros.

O machismo controla a vida social, política e sexual das mulheres lhes tirando direitos, espaços de fala e ação, e principalmente limitando seu prazer. Mediante uma grande gama de expectativas para as quais as mulheres são lançadas desde a sua formação, criam-se contextos em que muitas vezes as mulheres são incitadas a construir a própria armadilha, se usando como isca e aprisionando a si mesmas dentro de si próprias. O machismo levanta muros e guaridas armadas para que a mulher não saia de si, não exista, não seja. Na ontologia do machismo não há espaço para o ser mulher em sua plenitude.

Ainda nesse contexto, é fundamental destacar a homofobia e a rejeição às identidades de gênero que não se adequem a esse sistema binário, heterossexual e hegemônico. O machismo usa a homofobia da mesma maneira que usa a violência contra a mulher. Vinculadas muitas vezes a pensamentos religiosos que tomam para si anacrônicos paradigmas científicos construídos justamente dentro do contexto hegemônico e, muitas vezes, manipulados para justificar a própria hegemonia, as atitudes homofóbicas são na maior parte das vezes uma res-

posta de insegurança machista a todo estresse constitutivo do ser macho: o embrutecimento, a violência, a competitividade, etc...

E, se com certeza estamos totalmente envolvidos por um sistema e um modelo de ação e pensamento machista, é também importante entender que essa estrutura foi construída, principalmente dentro da cultura ocidental, burguesa e capitalista através dos séculos. É uma construção histórica, que nos remete a pensamentos que estão na base de algumas de nossas mais vigentes estruturas intelectuais, sociais e políticas. Dessa forma, apesar de parecermos enjaulados dentro desse processo de reprodução de modelos existenciais, nos resta ainda a possibilidade de que, se é a identidade de gênero algo construído, podemos buscar pelo menos compreender essa construção para intentar sua (des/re)construção.

E, como masculinos, precisamos entender e compreender cada vez mais que, a formação da nossa identidade e a atuação da nossa performance de gênero é doente, arcaica, preconceituosa e nociva a grande parte das pessoas. É necessário aceitar que fomos educados para assumir um mundo que é devotado a uma série de valores e princípios que precisam ser colocados em dúvida sempre, a cada minuto.

Assim, percebo que dificilmente a minha geração vai conseguir deixar para trás todos os vícios machistas, porém é fundamental agir para interromper esse ciclo (e me parece que uma reflexão sobre a formação e a educação do menino cisgênero se torna fundamental). Para o homem adulto, refletir

sua própria formação, talvez seja um lugar que o permita revisitar violências que foram naturalizadas na sua construção masculina. Afinal, tornar-se o homem que cumpre as expectativas hegemônicas, binárias e patriarcais também gera enorme sofrimento, principalmente na infância. E, ficar pelo caminho – e não conseguir cumprir essas expectativas – gera uma enorme sensação de desconformidade e frustração, principalmente na adolescência e na juventude.



* André Francisco é formado em Filosofia/UFSC. Mestrando em teatro no PPGT/UDESC, ator, diretor, produtor teatral, coordenador e gestor do espaço cultural Casa Vermelha, sede do grupo Teatro em Trâmite.

1 Preciado, Paul. Carta de um homem trans ao antigo regime sexual.

Igualdade racial e de gênero são destaques do 3º Encontro de Mulheres do Judiciário

Por Alana Pastorini*



Reunidas nos dias 23 e 24 de outubro de 2019, em Florianópolis, as servidoras do Judiciário Catarinense reafirmaram a importância do SINJUSC pautar raça e gênero na luta sindical. Os debates aconteceram durante o 3º Encontro de Mulheres e apresentaram importantes nomes do feminismo negro, do jornalismo, das artes e da cultura. Dirigentes do Sindjus-PR e do Sindjus/RS estiveram presentes.

Foram dois dias de atividades, com oficina de pintura, exibição de um premiado documentário retratando a violência doméstica no campo, troca de relatos sobre relacionamentos abusivos e os tipos de violências, apresentação artística e aprovação da Carta das Mulheres com as principais reivindicações Delas.

A abertura do evento aconteceu na sexta (23/08), com a presença da mestra e doutoranda em Jornalismo pela UFSC

(Universidade Federal de Santa Catarina) e colaboradora do Portal Catarinas, Jessica Gustafson, e das servidoras que compõem o grupo Valentes, Soraia Depin e Fátima de Araújo. A mesa foi presidida pela vice-presidente do SINJUSC, Valfria de Oliveira. O tema foi o feminismo coletivo.

O segundo dia (24/08) seguiu com uma oficina de arteterapia conduzida pela artista plástica, Letícia Valério. Em um painel de pintura, as participantes

expressaram em formas, cores e palavras o que sentem e entendem da luta das mulheres.

Depois, foi exibido o documentário “Sozinhas” – Histórias de Mulheres que Sofrem Violência no Campo. A produção da jornalista do Diário Catarinense, Ângela Bastos, ganhou várias honrarias, entre elas: Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, Dom Helder Câmara da CNBB e Prêmio de Jornalismo da Massey Ferguson.

A repórter esteve presente e conversou com a plateia sobre como foi a produção, destacando a importância de produzir jornalismo humanizado. Algumas participantes compartilharam em público situações de violência doméstica e relacionamentos abusivos.

“Quando o SINJUSC promove encontros com temáticas sobre gênero, possibilitando

“Falar sobre o racismo e feminino negro é necessário, assim como o sindicato tem feito. Precisamos dessa visibilidade”

> Coletivos

que as servidoras compartilhem suas dores sem medo de serem julgadas, entendemos a importância de nunca desistir de falar sobre temas que incomodam. Somos maioria no judiciário e não poderia ser diferente nossa inserção na discussão sobre direitos das mulheres”, afirma a vice-presidente, Valfrida.

O dia seguiu com debate sobre o feminismo negro, com

Jeruse Romão, professora, pesquisadora afrocentrada e feminista negra, e Halina Macedo Leal, doutora em Filosofia pela USP e professora universitária da Universidade Regional de Blumenau (Furb). As professoras salientaram suas falas na luta anti-racista e a importância das pessoas se aliarem a esse movimento.

“Somos maioria no país e mesmo assim somos poucas no

Judiciário e em outros locais de trabalho. Falar sobre o racismo e feminino negro é necessário, assim como o sindicato tem feito. Precisamos dessa visibilidade”, argumenta a analista jurídica, Jussara da Silva.

Depois de muito aprender sobre o papel da luta anti-racista, da conscientização e do acolhimento a mulheres vítimas de violência, as participantes encerraram a programação assistindo à apresentação musical do grupo “La Clínica”.

Para Ignez Busnello Durgante, servidora da Comarca de Concórdia, um sindicato precisa abarcar as diferentes demandas da categoria. “Ao promover o 3º Encontro das Mulheres do Judiciário, o SINJUSC demonstra sua preocupação e empatia com nós mulheres e a luta por equidade de gênero, por respeito, por dignidade. No encontro nos encontramos e nos fortalecemos”, expõe.



*Feminista, jornalista, trabalhadora do SINJUSC e pós-graduanda em Educação Profissional.

Masculinidade, afetividade e a importância de grupos reflexivos para homens

Por Caio Cesar dos Santos*

Homens precisam falar. É essa a constatação que esse texto busca passar.

E eu sei, homens falam. Desde sempre. Falam sobre tudo. O privilégio de gênero nos dá essa oportunidade, principalmente a homens brancos. Mas precisamos falar sobre nós e entre nós. Sobre emoções, medos, fraquezas e atitudes erradas. Principalmente atitudes erradas.

O debate sobre masculinidades, cada vez mais em pauta, trouxe aos homens (seja branco, negro, hétero, gay, cis, trans) a possibilidade de revelar seus medos, inseguranças, questionamentos e propostas sobre novas maneiras de “ser homem” e as múltiplas possibilidades

de exercer, de forma saudável, essas masculinidades. Toda construção tóxica do que se entende como ser um “homem de verdade” envolve, além de inúmeras outras questões, não falar sobre seus sentimentos.

E é nesse sentido que entra a importância dos grupos reflexivos.

Uma iniciativa importante que vem sendo feita no Rio de Janeiro é o grupo MEMOH, um projeto que visa debater, entre homens, questões ligadas as nossas múltiplas masculinidades, visando buscar novas formas de agir com o mundo, as mulheres, outros homens e consigo mesmo. Um espaço de troca, de acolhimento e, principalmente, reflexão.



> Masculinidade tóxica

Onde, embora não haja julgamentos, exercícios de mudança de comportamento são o ponto-chave de todos os encontros.

A importância desses grupos reflexivos se dão por três motivos básicos:

1. Homens entendem melhor outros homens

2. As mulheres não podem assumir a responsabilidade de nos “desconstruir”

3. Falar sobre sentimentos, entre homens, é algo transformador

Quantas vezes, você, homem, se sentiu confortável para falar, entre seus amigos, os problemas emocionais, sexuais e/ou sentimentais que

vinha passando? Quantos de nós mentimos sobre sermos ou não virgens ou sobre nossas performances sexuais? Quantos de nós apenas brigamos em algum momento somente pela pressão de não parecermos fracos perante outras pessoas? Quantos de nós já nos sentimos culpados inúmeras vezes por não sermos bons em qualquer esporte? Quantos de nós não falamos sobre o medo de sermos pais e não saber se vamos dar conta das responsabilidades?

E quantos de nós, ao acumular tudo isso, sem conseguir conversar com alguém, colocamos pra fora com raiva e dor?

Há inúmeras pesquisas que comprovam que homens são os principais atores da violência: os que mais cometem, os que mais sofrem e os que mais praticam o ato contra si próprios. E em contrapartida, os que menos procuram ajuda psicológica, os que menos fazem terapia. Tudo isso fruto, mais uma vez, de uma construção de masculinidade ruim que, de certa forma, nos impõe que buscar ajuda e reconhecer que não consegue lidar com algumas coisas sozinho, nos torna menos homem.

Qualquer mudança social que se queira em relação ao que entendemos como um exercício saudável de masculinidades precisa passar,

primeiramente, pela comunicação, pelo diálogo e pela construção de espaços saudáveis pra isso. Há uma série de barreiras sociais, culturais e históricas que impedem ou inibem que homens falem sobre aquilo que os afligem, numa busca impossível por uma “masculinidade perfeita”. Busca essa que traz consequências negativas para todos, principalmente mulheres, que acabam recebendo boa parte dessa violência. A própria Lei Maria da Penha propõe, além do suporte emocional para as mulheres vítimas de violência doméstica, grupos reflexivos de gênero para homens, a fim de reduzir (e tendo êxito) os índices de reincidência dessa violência.

Mais do que nunca, essas iniciativas precisam partir de homens. Um exercício honesto de autocritica sobre a maneira que estamos exercendo nossa masculinidade desde que nascemos. Um exercício de busca por humanizar nossas relações sociais, nossos corpos e nossas emoções, e de que maneiras estamos colocando isso no mundo. Quebrar todas as barreiras que impedem de nos comunicar.

Homens, precisamos falar.



*Professor de Geografia, escritor, pesquisador e caseiro do Projeto MEMOH.

Ilustração: Letícia Valério

Carta do 3º Encontro de Mulheres do Judiciário

As mulheres do Judiciário Catarinense reunidas no 3º Encontro de Mulheres, nos dias 23 e 24 de agosto de 2019, na cidade de Florianópolis, no Hotel Praia Brava, em sua plenária geral tornam pública à sociedade catarinense, que nenhum tipo de violência e opressão será tolerado contra qualquer mulher.

Vamos ocupar todos os espaços necessários

para que nossa voz seja ouvida e nunca silenciada.

Reafirmamos que nossa luta continuará contra a intolerância e o ódio. Não podemos tolerar nenhum desrespeito contra mulheres negras, indígenas, LBTs, camponesas e mulheres urbanas. Trabalho, saúde e educação são pautas que não abandonaremos.

Faremos desse coletivo um espaço de reivindicação e debate político emancipatório.

Somos mulheres, trabalhadoras, mães, filhas, avós, negras, brancas, pardas e indígenas, que continuarão a lutar por seus direitos, por sua liberdade e por uma sociedade que busque igualdade e dignidade.

Ilustração: Letícia Valério



Medusa e o (não) direito à dignidade: não-escuta, culpabilização e punição prévias das vítimas

Por Camila Durães Zerbinatti

é pesquisadora, violoncelista e educadora. Atua como artista independente e pesquisadora interdisciplinar. Doutoranda no PPGICH UFSC, desenvolve pesquisa interdisciplinar em Música, Gênero e História.



Quando você pensa em Medusa, no mito de Medusa, na história e nas imagens sobre ela que você aprendeu, conheceu e mais encontrou, o que você pensa? O que você escuta? Quais imagens, acontecimentos e narrativas vêm à sua mente? O que você sente sobre ela?

...

Há dois anos tenho me deparado com essas perguntas – primeiro em mim mesma, depois, junto às muitas e diversas pessoas que encontro e tenho a chance de escutar por conta das apresentações de minha performance sonora e cênica *“Medusa enredada: como lembrar?... mas... como esquecer?”* - para corpo, voz e violoncelo, sobre violências de gênero - que, muitas vezes, são seguidas por rodas de conversa e escuta sobre violências de gênero. A imensa maioria das pessoas, assim como eu, pensa(va) em Medusa única e exclusivamente como um monstro horrendo, assustador, petrificador/mortificador e maldito, não-humano; que deveria ser banido, castigado, punido, silenciado, aniquilado e exterminado; e tudo isso por sua própria culpa – pela culpa de ser quem era e como era, pela culpa de “existir” – um monstro que “felizmente” foi morto (feminicidado), decapitado por Perseu. Essa

é, em geral, com poucas variações, a versão mais conhecida do mito de Medusa – ou melhor, uma pequena parte da versão mais difundida desse mito. Pequena, mas, ainda assim, predominante o suficiente para pré-determinar os pré-julgamentos, estereótipos e preconceitos que a imensa maioria de nós faz de Medusa, mas não apenas dela: também de outros personagens do mito (como Perseu), e, infelizmente, de muitas outras mulheres e pessoas que também têm sido historicamente monstrualizadas e consideradas como “menos” humanas, ou de fato não-humanas pela cultura, sociedade e religiões.

Em geral, com raríssimas exceções, não sabemos nada da história de Medusa anterior ao seu “estado” e situação de monstrualização – caracterizada por seu olhar petrificante, seus gritos assustadores, e, por seu fim pelo feminicídio brutal perpetrado por Perseu. Mas essa história, outra e anterior existe e precisa ser lembrada, contada e escutada – assim como muitas outras – se trabalhamos com qualquer horizonte de justiça, humanidade, vida, dignidade, cidadania, liberdade, igualdade e direitos. Encontramos, em diferentes versões, que Medusa era uma divindade marinha, filha de Fórcis e Ceto, irmã de Esteno e Euríale,

e foi convidada por Atena para ser sacerdotisa em seu templo. Neste local sagrado, em que vivia e trabalhava como guardiã e protetora, foi estuprada por Poseidon depois que ele a sequestrou e pra lá a levou especificamente para cometer o estupro. Local também, onde, depois, ela foi julgada, condenada, punida e castigada por Atena pela profanação do templo “causada” pelo estupro sofrido por ela. Monstrualizada, obrigada a sobreviver escondida e em isolamento, é em uma caverna que Medusa é encontrada, morta e decapitada por Perseu, em um feminicídio, e sua cabeça é entregue a Atena, que passou a usá-la como “proteção” em seu escudo.

Dentre as muitas camadas desse mito, em suas diferentes versões e possíveis interpretações, chama minha atenção a sequência perversa e insistente de não-escuta, culpabilizações-e-punições prévias sofridas por Medusa. Salta à reflexão também, pelo que podemos acompanhar no noticiário, o quanto esse mesmo *modus operandi* segue prevalecendo ainda hoje em diferentes episódios de violências de gênero, como abusos e assédios sexuais, estupros, ocorrências de violência doméstica e feminicídios – prevalecimento ainda mais notório nos crimes contra mulheres, crianças e adolescentes, pessoas negras

e indígenas, população pobre e periférica, e pessoas LGBTQI+. Diferentes versões do mito de Medusa atribuem a ela - e somente e sempre a ela - as culpas pelo sequestro e pelo estupro perpetrados por Poseidon, pela profanação do templo, pela condenação e punição monstrualizadoras desferidas contra ela por Atena e pelo feminicídio cometido por Perseu que aniquilou sua existência por meio de uma decapitação - em uma espécie de modelo punitivista de culpabilização da vítima que constitui, também, um circuito revitimizador.

Se por um lado Medusa foi e é culpabilizada e punida por crimes que não cometeu e que não foram nem de sua autoria nem de sua responsabilidade direta ou indireta, por outro lado ela não teve reconhecidos seus direitos, dignidade e "humanidade" quanto sua condição de sujeito, sua autonomia sobre si e sua capacidade de agência (presentes e nitidamente expressos por ela em suas diferentes formas de defesa, resistência e rejeição das/às violências que sofria) foram reiteradamente negadas, em uma perversa e pretensa "lógica" (talvez ilógica porque confusa) no mínimo injusta, desigual e desequilibrada entre "x" diferentes participantes dos acontecimentos. Se enormes "poderes"/ "culpas"/ "responsabilidades" são atribuídas a ela para colocá-la na posição de algoz de si mesma (como causadora do estupro sofrido, da profanação do próprio local de vida e trabalho, da punição monstrualizadora recebida e do feminicídio que a mata) e justificar isso, em contrapartida, na negação reiterada de

sua posição de sujeito e de vítima nenhuma capacidade ou direito (ou "poder") seu é reconhecido em suas tentativas de defesa, limites, proteção, segurança, dignidade, resistência, justiça ou a mera sobrevivência. Pensando em como esse tipo de perspectiva e *modus operandi* segue sendo reproduzido hoje, ecoam as perguntas: o que segue sendo socialmente legitimado e validado nesses modelos, circuitos, padrões, situações e repetições? E o que segue sendo socialmente deslegitimado e invalidado?

Assim, "essa mesma história" de não-escuta/ culpabilização/ punição das vítimas seguiu e segue sendo contada e recontada na imensa maioria das vezes em que violências de gênero acontecem e são narradas - qualquer busca por notícias, processos policiais e/ou judiciais ou abordagens e relatos públicos desse tipo de violência confirmam dolorosamente essa observação. Se a repetição desse quadro na sociedade brasileira em geral ao longo de nossa história e nos dias atuais é trágica, pode ser considerada grave e preocupante a perpetuação desse "modo de funcionamento" pelos diferentes operadores do direito nas diversas instâncias policiais e judiciárias do país no atendimento às vítimas de violências de gênero, bem como nos

trabalhos de prevenção, investigação, processo e julgamento das ocorrências em que essas violências se apresentam. A quem escutamos e a quem não escutamos - e, se escutamos, como escutamos - quando nos deparamos com casos de violência de gênero em nossa atuação profissional e em nossos cotidianos? Como nossa escuta ou a falta dela contribui para a construção de uma sociedade de direitos, justiça, dignidade, cidadania e vidas vivíveis e possíveis pra todos? E, ao fim, para a coerência e integridade entre nossas práticas e atuações profissionais e o que diz nossa própria constituição?



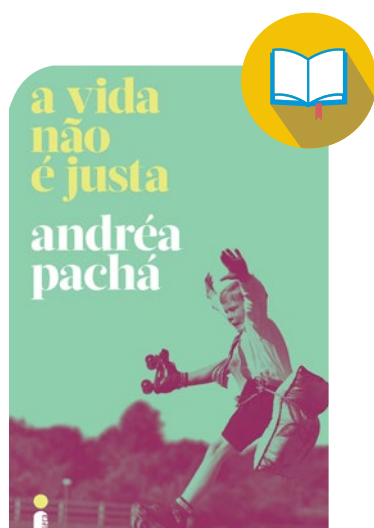
Ilustração: Letícia Valério

Referências

CANELA, Kelly Cristina. **O estupro no direito romano**. São Paulo, SP: Editora Cultura Acadêmica - UNESP, 2012. 195p. Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/O_estupro_no_direito_romano-WEB_v2.pdf. Acesso em 25 de agosto de 2019.

VENTURA, Isabel. **Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual**. Lisboa: Tinta da China, 2018, 480 pp.

Por Ignez Busnello Durgante, assistente social e integrante do Coletivo Valente.

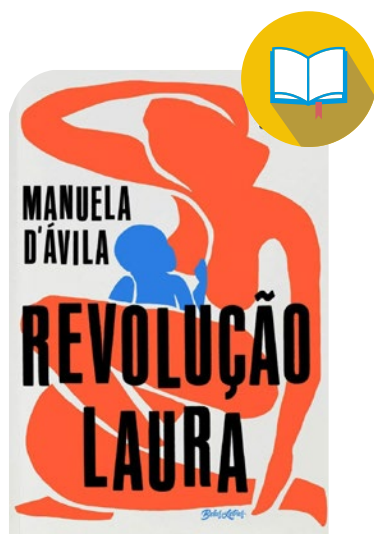


A Vida não é Justa **Andréia Pachá**

Livro “A Vida não é Justa” (2012), relançado em abril de 2019, pela editora Intrínseca, de autoria da escritora e juíza, Andréia Pachá. Nele, a magistrada remonta alguns dos divórcios e outros casos de família que mais a impactaram durante duas décadas à frente da 1ª Vara de Família de Petrópolis. A obra foi adaptada para a TV na série “Segredos de Justiça”, exibida no “Fantástico”, da TV Globo, e estrelada por Glória Pires.

“A Vida não é Justa” é composto por crônicas com enredos envolventes, cujas histórias foram inspiradas em milhares de casos que a autora vivenciou na carreira. São histórias de casais que, ao chegar ao limite da convivência, esperam encontrar no sistema Judiciário a resposta para seus conflitos e bálsamo para suas dores.

A leitura nos faz pensar que as pessoas esperam tanto e confiam cegamente na justiça que colocam em sua mesa seus segredos mais caros e sua intimidade mais particular; se desnudam na ânsia de encontrar acolhida e reencontrar o prumo de suas vidas. A autora revela sua sensibilidade para mediar essas situações, além de contextualizar jurídica e socialmente alguns temas pertinentes às questões de família.



Revolução Laura – Reflexões sobre Maternidade e Resistência **Manuela D'Ávila**

O livro “Revolução Laura”, lançado neste ano pela Belas Letras, traz reflexões sobre maternidade e resistência na medida em que aborda o cotidiano da autora, que conciliou sua atuação política e a maternagem, sendo este, ainda, um grande desafio para nós mulheres.

Manuela D'Ávila é jornalista e política brasileira, com um vasto currículo nesse campo, sendo o mais recente sua candidatura à vice-presidência quando sua filha, Laura, tinha menos de dois anos. É exatamente neste último desafio que nasce o “Revolução Laura”.

Longe de romantizar a maternidade ou simplificar o desafio da mulher de ocupar espaços públicos ao mesmo tempo que cuida dos seus, Manuela oferece excelentes reflexões das condições desiguais entre homens e mulheres nesse quesito. Com narrativa leve e criativa, a autora traz registros de momentos significativos de sua relação com a filha no decorrer de um ano em intensa atividade política. Também é uma conversa, estilo blog, sobre privilégios; sobre a luta para que privilégios deixem de existir. É sobre feminismo e liberdade. Um livro inspirador.

Para Educar Crianças Feministas – Um Manifesto Chimamanda Ngozi Adichie, Editora Companhia das letras, 2017.

"Ensine a Chizalum que 'papéis de gênero' são totalmente absurdos. Nunca lhe diga para fazer ou deixar de fazer alguma coisa 'porque você é menina'. (p.21)"

No livro, escrito em forma de carta a uma amiga, a autora aponta algumas premissas para educarmos nossos filhos, meninas e meninos, na perspectiva de igualdade de gênero. São 15 sugestões simples e práticas; excelentes (e urgentes) para quem deseja preparar seus filhos para o mundo contemporâneo e contribuir para uma sociedade mais humana e mais justa. Casamento, filhos, misoginia, racismo, papéis de gênero, identidade, dinheiro, sexo, beleza, amor, diferença... Todos esses temas estão presentes na obra.

Chimamanda Ngozi Adichie é nigeriana e escreveu o livro a partir de suas próprias reflexões feministas, por isso, o texto é didático e com vários exemplos de suas vivências, trazendo proximidade com o leitor.

("Diga-lhe que o corpo dela pertence a ela, e que nunca deve sentir necessidade de dizer "sim" a algo que não quer ou a algo que se sente pressionada a fazer. P.65")



Felicidade por um Fio Haifaa Al-Mansour

O título original do filme "Felicidade por um Fio", dirigido por Haifaa Al-Mansour, faz referência ao que os norte-americanos chamam de "nappy hair", que é aquele cabelo completamente alisado. Esta "ditadura" do cabelo liso é o grande drama da personagem Violet Jones (Sanaa Lathan).

O filme é uma adaptação do livro que leva o mesmo nome, escrito por Trisha R. Thomas. A trama se passa em torno de Violet Jones, uma publicitária perfeccionista além da conta, que não se permite errar. Desiludida no amor, ela começa uma fase real de autoconhecimento e o marco disso tudo é quando, por um erro químico capilar, acaba raspando o cabelo. A partir deste ponto a história realmente fica interessante. Violet será obrigada a conviver com sua nova aparência e rever seus conceitos.

Muito bom o filme. Mostra que devemos nos preocupar com coisas realmente importantes, além de mostrar faces do racismo, permitindo compreender o preconceito pelo qual passam as mulheres negras.



Portal Catarinas

Portal de notícias sobre gênero, feminismos e direitos humanos. Jornalismo independente, crítico, criativo e abrangente.

Acesse e siga pelas redes sociais. Excelente espaço para estarmos conectadas com o que há de bom e necessário às nossas causas.

#TODASPRESENTES

Homenagem do SINJUSC feita pela artista Letícia Valério a todas as mulheres vítimas de feminídio em Santa Catarina



No Estado, de janeiro a outubro de 2019, 42 mulheres foram mortas por razão de gênero. A maioria dos assassinatos tem como principal suspeito o companheiro ou ex-cônjuge. Fonte: Dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP-SC).

Valente >



SINJUSC
Sindicato



@sinjusc.sc



(48) 9 9642 6874



SINJUSCTV



@Sinjusc